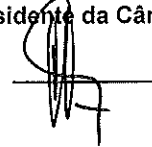


Proposta

N.º 389/2012

Aprovado em Minuta
O Presidente da Câmara



Considerando que:

Constitui receita do Município, nos termos da alínea b) do artigo 10.º da Lei n.º2/2007, de 15 de janeiro, o produto da cobrança de derramas lançadas nos termos do artigo 14.º daquele diploma legal.

Nos termos da alínea f) do n.º2 do artigo 53.º da Lei n.º169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de janeiro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, autorizar o lançamento de derramas.

Ao abrigo do artigo 14.º da Lei n.º2/2007, de 15 de janeiro, compete aos Municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixar as taxas de derrama a aplicar em cada ano de acordo com os valores e metodologias previstas na lei.

A ausência da comunicação da deliberação, à Direcção-Geral dos Impostos, por via electrónica, ou a recepção da referida comunicação para além do prazo estabelecido no n.º8 do artigo 14.º da Lei n.º2/2007, de 15 de janeiro, 31 de dezembro, não há lugar à liquidação e cobrança de derrama.

Lei n.º2/2007, de 15 de janeiro, na sua atual redação:

Artigo 14º

1 - Os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território.

2 - Para efeitos de aplicação do disposto no número anterior, sempre que os sujeitos passivos tenham estabelecimentos estáveis ou representações locais em mais de um município e matéria coletável superior a (euro) 50000, o lucro tributável imputável à circunscrição de cada município é determinado pela proporção entre a massa salarial correspondente aos estabelecimentos que o sujeito passivo nele possua e a correspondente à totalidade dos seus estabelecimentos situados em território nacional.

3 - Quando o volume de negócios de um sujeito passivo resulte em mais de 50% da exploração de recursos naturais que tornem inadequados os critérios estabelecidos nos números anteriores, podem os municípios interessados, a título excecional, propor, fundamentadamente, a fixação de um critério específico de repartição da derrama, o qual, após audição do sujeito passivo e dos restantes municípios interessados, é fixado por despacho conjunto do Ministro das Finanças e do ministro que tutela as autarquias locais.

4 - A assembleia municipal pode, por proposta da câmara municipal, deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse (euro) 150000.



Proposta

- 5 - Nos casos não abrangidos pelo nº 2, considera-se que o rendimento é gerado no município em que se situa a sede ou a direção efetiva do sujeito passivo ou, tratando-se de sujeitos passivos não residentes, no município em que se situa o estabelecimento estável onde, nos termos do artigo 117º do Código do IRC, esteja centralizada a contabilidade.
- 6 - Entende-se por massa salarial o valor das despesas efetuadas com o pessoal e escrituradas no exercício a título de remunerações, ordenados ou salários.
- 7 - Os sujeitos passivos abrangidos pelo nº 2 indicam na declaração periódica de rendimentos a massa salarial correspondente a cada município e efetuam o apuramento da derrama que seja devida.
- 8 - Quando seja aplicável o regime especial de tributação dos grupos de sociedades, a derrama incide sobre o lucro tributável individual de cada uma das sociedades do grupo, sem prejuízo do disposto no artigo 115.º do Código do IRC.
- 9 - A deliberação a que se refere o nº 1 deve ser comunicada por via eletrónica pela câmara municipal à Direcção-Geral dos Impostos até ao dia 31 de dezembro do ano anterior ao da cobrança por parte dos serviços competentes do Estado.
- 10 - Caso a comunicação a que se refere o número anterior seja recebida para além do prazo nele estabelecido, não há lugar à liquidação e cobrança da derrama.
- 11 - O produto da derrama paga é transferido para os municípios até ao último dia útil do mês seguinte ao do respetivo apuramento pela Direcção-Geral dos Impostos.

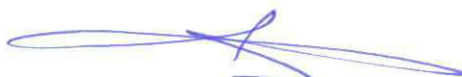
Tenho a honra de propor

Que a Câmara Municipal de Loures delibere submeter à Assembleia Municipal de Loures, para aprovação por este órgão deliberativo, o lançamento de uma derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC referente a 2012 e a cobrar em 2013.

Assim como, uma taxa reduzida de derrama de 1% a todos os sujeitos passivos com um volume de negócios do ano anterior que não ultrapasse €150.000, nos termos do nº 4 do artigo 14º da Lei n.º2/2007, de 15 de janeiro.

Loures, 11 de outubro de 2012

O Vereador do Departamento de Planeamento, Finanças e Logística



Ricardo Leão